

Três resenhas

I

O problema das *Cartas chilenas*¹ movimentou muito esforço, bem e mal dirigido. Geralmente bem, pois cada um que passou deixou algo positivo, e o livro monumental de Rodrigues Lapa pressupõe erros e acertos anteriores, que foram desbastando o caminho e sugerindo rumos. Sob tal aspecto, coroa os melhores dentre os estudos que o precederam nos últimos cinquenta anos: os de Sílvio de Almeida, Alberto Faria, Manuel Bandeira, Luís Camilo de Oliveira, Sud Mennucci, Afonso Pena Júnior, Afonso Arinos de Melo Franco. Este último fez a primeira tentativa apreciável de síntese, mostrando que os elementos isolados não bastavam para formar prova. Rodrigues Lapa levou o critério a termo, encerrando o essencial da discussão com um rigor só alcançado anteriormente em tratamentos parciais, como os de Manuel Bandeira ou, antes dele, do arguto, tenaz e pedantesco Alberto Faria, que pos o dedo em alguns dos pontos cruciais da questão. A sua atitude se define, de início, ao falar da prova histórica em relação à estilística, que são “indispensáveis e se completam uma à outra, embora, é certo, a prova histórica, firmada em documentos, ofereça uma base mais segura” (p. 2-3). Vistos os elementos fornecidos pela tradição (desde o depoimento de Saturnino da Veiga), estabelece que a autoria se disputa hoje apenas entre Cláudio e Gonzaga (p. 18). Neste sentido, efetua uma análise comparativa da posição ideológica e modo de ser de ambos, concluindo que este, não aquele, se encaixa na pele de Critilo. É o caso, notadamente, das concepções religiosas, atitude em face da nobreza, preconceito de cor, desprezo pelas riquezas, etc. (p. 19-49).

No capítulo seguinte, “Um aristocrata com o gosto popular”, desenvolve o tema, procurando definir a psicologia de Gonzaga. Trata-se de um homem complicado e contraditório, solicitado por atavismos diversos, aristocrata por temperamento e fascinado pelo viver do povo. Aqui entramos num dos mais belos passos do livro: o estudo da linguagem simples do pastor Dirceu, cheia de sadios elementos populares, muito semelhante à das *Cartas* e o avesso do estilo *sublime* de Cláudio (p. 55-63). A propósito, aborda o problema de existência duma gíria nas Minas Gerais daquele tempo, valendo-se dos *Autos de Devassa da Inconfidência* com uma felicidade que abre rumos à investigação.

As provas de estilo são o terreno predileto e escorregadio desta questão, favorecendo ora um, ora outro, segundo a habilidade de quem as manipula. Há quase vinte anos, Manuel Bandeira decidiu a favor de Gonzaga; mas Rodrigues Lapa traz elementos novos, onde tudo parecia dito, lembrando os seguintes traços em prol da mesma tese: emprego adversativo do advérbio “sim”; uso do pronome adjetivo indefinido “algum”; orações de infinitivo regido de preposição “a”; emprego de “quem” referido a coisas; tendência para a substantivação (p. 79-92). A este

propósito, refere-se aos estudos de Afonso Pena Júnior (que acentua a necessidade de averiguar os processos técnicos de composição literária, não apenas peculiaridades de linguagem), para terminar com uma brilhante achega de psicologia literária: “Gonzaga é um visual, Cláudio um auditivo”, o que leva o primeiro a buscar o detalhe exato, o relevo significativo (à maneira de Critilo), enquanto o outro visa efeitos de vaga musicalidade (p. 91-92). Ainda no sentido das provas de estilo, intercala dois capítulos inéditos de Afonso Pena Júnior, com novas contribuições ao caso das repetições de palavra no mesmo verso, e o uso dos vocativos (p. 93-126).

A seguir, aborda problemas técnicos de crítica textual, num capítulo que é verdadeiro modelo de competência. Ao arrolar, relacionar e estudar a provável genealogia dos apógrafos, traz ao nosso conhecimento um quarto manuscrito do Instituto Histórico Brasileiro, onde se lê a atribuição expressa a Gonzaga, levada por Afonso Arinos à conta de burla do honrado Luis Francisco da Veiga. Depois de restaurar lições sacrificadas pelos editores, propõe, com precisão e cautela, certas emendas, arrola evidentes erros de cópia e indica, afinal, as condições para uma edição crítica definitiva (p. 107-126).

O capítulo seguinte entra pelo problema difícil da localização temporal, em que discute o ponto de vista geralmente aceito de Alberto Faria (antes proposto por Lívio de Castro), que lhe parece, no entanto, confinar a redação do poema em limites demasiado estritos, - sobretudo no que tange às cinco cartas finais, que teriam sido feitas entre março e maio de 1789. A sua hipótese é que, salvo a 12^a (que lhe parece última, apesar do fragmento numerado como 13^a), foram escritas antes de julho de 1788, isto é, enquanto Luís da Cunha Meneses estava em Minas. Divulgadas parceladamente, teriam sofrido, depois, uma revisão com vistas à unidade. De qualquer modo, põe abaixo o argumento de Alberto Faria, baseado no verso 169 da 9^a Carta, e prova, com um impressionante documento, a verdadeira identidade do “honrado sucessor” (p. 134-135). Menos fortes são os argumentos a que recorreu para fixar o limite inicial: inferências baseadas na psicologia de Gonzaga (cujo temperamento sugere a hipótese de um ataque frontal) e num hábil jogo de presentes e pretéritos verbais, que tem feito correr tinta desde Lívio de Castro (p. 136-142). Mesmo admitindo a veracidade da hipótese, é preciso convir que tais argumentos são vagos. Neste passo, aliás, afrouxa-se um pouco o rigor metodológico do Autor, já que os argumentos são dos que se podem virar ao sabor de cada um.

Tratando da “ocultação nas *Cartas chilenas*” fala muito judiciosamente dos trechos em que a confusão é devida a despistamento intencional, culminando na utilização quase sacrílega do nome de Marília para designar a amante do Governador, casada por este com o tolerante Jelônio (p. 154-155). Lembremos, a propósito, que neste livro fica pela primeira vez sistematizada a evidência de que a pesquisa de Critilo tem de jogar harmoniosamente em vários planos, pois: (1) Critilo deixa, sobretudo inconscientemente, elementos de identificação, mas, (2) doutro lado, confunde dados de propósito, chegando (3) a dizer coisas tão verdadeiras a seu respeito, que qualquer suspeita se desviaria.

Ainda no tocante às identificações, Rodrigues Lapa faz algumas brilhantes de criptônimos, como, por exemplo, Robério e Damião, até aqui procurados na pista errada (p. 159-161).

O capítulo final, sugestivamente intitulado “Liberdade das fardas atrevidas” (segundo um passo das *Cartas*), traz contribuição decisiva ao conhecimento da ideologia do poema. Tínhamos certeza, até aqui, do motivo de desforço pessoal, devido ao caso do contrato de entradas, farejado por Norberto e luminosamente esclarecido por Luis Camilo. Mas todas as justificativas ideológicas (além de acentuado respeito à lei jurídica) pareciam frágeis e pouco convincentes. Agora, Rodrigues Lapa faculta o alargamento do problema, na medida em que a briga fica inserida num contexto muito mais amplo de aberta incompatibilidade entre os funcionários civis da Capitania e o favoritismo militarista do Governador. Na oposição das prerrogativas e princípios legais ao arbítrio dos militares parece residir, para o Autor, “toda a filosofia das *Cartas chilenas* e a sua profunda razão de ser” (p. 178). Neste sentido, explora com penetração os desmandos de dois famosos patifes do poema, Lobésio e Padela, identificados por Alberto Faria, autores de toda sorte de arbitrariedades e falcaturas no Distrito Diamantino, em permanente conflito com as autoridades civis, sobretudo o vigoroso e inteligente Fiscal, D. Luís Beltrão de Gouveia. Os importantíssimos documentos inéditos que produz desvendam uma réplica exata, na Comarca do Norte, da atitude de Critilo, permitindo, realmente, vislumbrar, acima das pendências circunstanciais, verdadeiro conflito entre a toga e a espada (p. 177-200). Registremos, por fim, a coleção de documentos, quase todos inéditos e de alta importância, representando um raro esforço de pesquisa bem orientada (p. 203-370).

Assim, além de conduzir aos limites lógicos a integração dos métodos, o livro traz novos dados, novos ângulos de visão, retificações, descobertas, aprofundamentos. Recapitulemos alguns traços renovadores duma obra de tal substância, que é impossível fazer-lhe justiça numa resenha: (1) estudo da língua popular, para esclarecer a linguagem das *Cartas*, através de documentos do tempo; (2) desenvolvimento da análise psicológica, preconizada com muita argúcia por Luís Camilo, e estendida aqui dos possíveis autores aos figurantes, inclusive o Fanfarrão Minésio; (3) delineamento duma atmosfera psico-social na Capitania de Minas, condicionando o trabalho literário de Critilo; (4) definição do núcleo ideológico do poema, alargando o seu significado e dando coerência aos ímpetus do poeta. Isto, sem voltar a referir o feito maior da base documentaria, porventura a mais sólida e completa até hoje reunida, em estudos brasileiros desta natureza.

Metodologicamente, a obra é segura e permite dizer que a questão foi encerrada a favor de Gonzaga, sobretudo porque o Autor alude mais duma vez, discretamente, à provável contribuição acessória de Cláudio Manoel da Costa, o que explicaria, muita coisa, e Sud Mennucci teve o mérito de ressaltar, para ter ao mesmo tempo o demérito de desvirtuar pelo exagero. A segurança do método é em boa parte devida ao fato da maioria dos argumentos importantes se apresentarem, por assim dizer, em cadeia, isto é: nunca, ou quase nunca, o Autor decide com recurso a

apenas um tipo de prova, mas procura combiná-las, para fugir a extrapolações. A convicção se forma mediante uma espécie de fogo cruzado, que ele manobra com perícia, e como, além disso, se exprime com um extremo bom gosto, elegância e equilíbrio de composição, a sua leitura é um prazer incessante.

A importância do livro pode ser avaliada se considerarmos que é, de certo modo, um fecho na disputa de autoria das *Cartas chilenas*. Representa a maturidade do ponto de vista exclusivamente histórico-filológico, indicado no subtítulo, e sugere a conveniência de enfrentar o estudo propriamente literário dessa obra de qualidade, que Rodrigues Lapa considera, com razão, superior às congêneres da literatura luso-brasileira, inclusive o celebrado *Hissope*. Ele próprio ilustra o caminho difícil, que parte das indispensáveis pesquisas periféricas, para chegar aos problemas essenciais de forma e significado. Assim, se Alberto Faria chegou de Lobésio a Lobo e Melo, e de Padela a Parada e Sousa, ele partiu destes para Beltrão de Gouveia e, daí, para determinar o núcleo ideológico da sátira, mostrando a escalada fecunda que a história e a filologia permitem rumo ao significado estético.

II

Pela primeira vez, salvo erro, um movimento decisivo da nossa literatura é estudado na sua gênese com tanta amplitude e rigor de pesquisa. Enquanto o Romantismo, o Naturalismo, o Simbolismo esperam o seu historiador, o mais recente de todos encontrou um perfeito analista em Mário da Silva Brito.² O seu livro causa admiração e encanto, pela riqueza documentária, a segurança da exposição, a amenidade do estilo. Embora cheio de dados, escrupulosamente amarrado aos fatos, prudente nas conclusões, quase ascético no esforço de objetividade, é escrito de tal maneira que o lemos rapidamente e voltamos a ele com prazer.

À primeira vista, parece, mais que tudo, um repositório de dados. O autor cita quase incessantemente e transcreve com abundância o material pouco acessível da sua investigação, chegando a enfileirar cinquenta e três páginas de Mário de Andrade. No entanto, poucos livros de história literária serão tão pessoais, e em poucos sentiremos tanto a presença duma inteligência seletora e ordenadora, que ilumina e dá sal a cada página. A maior virtude metodológica do Autor parece, mesmo, esta modéstia vigilante, que permite a sua presença sem, do mesmo passo, alterar a concatenação objetiva dos fatos. Junte-se a isto a capacidade de selecionar. O que o livro relata decorre num espaço de cinco anos, mas nunca pensamos em acúmulo de dados. Pelo contrário, Mário da Silva Brito focaliza alguns acontecimentos privilegiados, alguns escritores representativos, superando a mentalidade de arrolamento, de apresentação indiscriminada, - mal de muito pesquisador que não sabe se desvencilhar do material compilado. Uma indicação das linhas mestras deixará mais patente esta elegante facilidade.

Podemos agrupá-las em torno de dois eixos: (a) a referência às condições gerais e específicas que envolvem a gênese do Modernismo e (b) o estudo dos acontecimentos, escritos e personalidades que a integram.

A primeira série de considerações se desenvolve de permeio com a outra, mas ocupa de preferência os capítulos 1, 2, 7 e 9. O Autor estuda os sintomas de esgotamento da literatura estabelecida (p. 13-19), lembrando a era nova que se abre com o advento das Américas no cenário do mundo, a introdução, no Brasil, dos novos rumos materiais e sociais trazidos pela técnica e a indústria (p. 20-25). E simboliza admiravelmente a discussão, narrando o passeio de Bilac e José do Patrocínio no primeiro automóvel do Rio: “O príncipe dos poetas parnasianos mal sabia que aquele automóvel, [...] mais do que um brinquedo pitoresco, era simbolicamente o grande inimigo e viria atropelar o alado e soberbo Pégaso. Não sonhara o cantor de Frinéia que o anti-estético veículo era o Cavalo de Tróia no reduto parnasiano e representava o mundo mecânico - mundo que o Modernismo cantaria, glorificaria e temeria, conseqüência dele que era” (p. 24-25). Nos dois outros capítulos, assinala a presença de fatores políticos, como o Comunismo, a consciência de classe, a autodefesa econômica da oligarquia paulista, a rebelião contra a plutocracia portuguesa do Rio, que financiava a publicidade dos jornais (p. 83-90, 118-139).

Quanto à segunda linha, parte do “descobrimento do futurismo” por Oswald de Andrade, em 1912, para concentrar-se na Exposição de Anita Malfatti, em 1917, verdadeiro “estopim” que pôs a renovação em movimento, provocando tanto a reação violenta e incompreensiva de Monteiro Lobato, quanto a apaixonada defesa de Oswald, que inicia deste modo o combate sistemático pela renovação da arte (p. 35-63). O ano de 1917, sugere o Autor, é um dos pilares da formação do Modernismo e, portanto, do próprio livro. Nele se dá o “encontro dos Andrades” (p. 64-69) e o aparecimento de alguns jovens poetas que, sem implicarem rompimento com o passado, são um vislumbre de ânsia renovadora (Manuel Bandeira, Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida, Murilo Araújo), marcando a “hora cinzenta, de transição”, e a “agonia do parnasianismo” (p. 70-82). Verifica-se, ainda, a adesão de Menotti às novas idéias, de que seria um dos propagandistas vigorosos e, como se depreende do material apresentado, o principal jornalista nessa primeira etapa.

Em 1919, a descoberta de Brecheret dá lugar a um júbilo triunfal dos jovens, coroado pelo milagre do escultor ser aceito e admirado pelos próprios círculos conservadores, ganhando o prêmio oficial no concurso de *maquettes* para o Monumento das Bandeiras, em 1920 (p. 91-117). A essa altura, já pairavam nos escritos dos renovadores certas idéias fundamentais, que formarão dentro em breve a ideologia modernista. De positivo, os jovens não tinham ainda muita coisa, mas aceitavam o rótulo de futuristas, porque era um excelente “denominador comum” (p. 140). Em tudo isso, avultam Oswald de Andrade e Menotti, enquanto não chegavam outros campeões, ativos.

Foi o que se deu no ano de 1921, o segundo pilar, tanto do Modernismo em formação, quanto da obra de Mário da Silva Brito. Nele ocorreram alguns fatos capitais; principalmente a estruturação do grupo renovador e a tentativa de defini-lo como tal, graças a uma primeira sistematização das idéias. Sob este aspecto, foi decisivo, logo no começo do ano, o banquete a Menotti del Picchia, reunindo, no

Trianon, o mundo oficial, os literatos em voga, a “sociedade”. No discurso de Oswald e na resposta de Menotti fica bem clara a afirmação de existência dum grupo dissidente, nas artes e nas letras, bem como a definição dos seus pontos de vista, que se vinham coordenando havia algum tempo, e são deste modo compendiados por Menotti: repúdio do passado e do servilismo acadêmico à Europa; novas técnicas, para exprimir a vida nova; liberdade criadora, em contraposição à cópia da realidade; afirmação do desejo de lutar pela reforma. “Toda a doutrinação modernista, efetivada em 1921 como preparo à Semana de Arte Moderna, apóia-se neste esquema, que é acrescido, depois, de alguns novos princípios e de inúmeros argumentos. Doutrinação que se encontra explanada numa série de artigos de Oswald de Andrade, de Menotti del Picchia, de Cândido Mota Filho, de Agenor Barbosa, de Mário de Andrade, que são os mais ativos polemistas do grupo inovador” (p. 167).

A partir daí, a propaganda modernista penetra em fase de maior segurança, ocorrendo, como fato decisivo, a entrada de Mário de Andrade, cuja timidez é forçada pelo impetuoso Oswald, que o atira na agitação com o famoso artigo “O meu poeta futurista” (transcrito às p. 198-201), ao qual responde, Mário, lançando o fundamento da sua estética, que importa num reconhecimento muito mais equilibrado dos valores tradicionais (p. 204-208). Logo a seguir, publica o primeiro ensaio de cuidadosa revisão de valores, na série de artigos “Mestres do Passado”, a sua “grande contribuição” ao “ano revoltoso de 1921” (p. 223). É ainda um Mário de Andrade estranho para o leitor de hoje, pela linguagem refinada e purista, que só abandonaria depois da Semana. Nenhuma grande obra modernista fora ainda publicada, e os ardentes pregadores usavam um estilo formalmente indiscernível do estilo dos acadêmicos que atacavam. Mas Menotti já podia bradar que “a fórmula do futurismo paulistano encerra-se, pois, nisto: máxima liberdade dentro da mais espontânea originalidade” (p. 220).

A militância de Mário foi decisiva, levando-o de imediato para a liderança teórica do grupo, pela maturidade, o equilíbrio e, sobretudo, a solidez de cultura. No fim do ano de 21, ei-lo de partida para o Rio, com Oswald e Armando Pamplona, para aliciar prosélitos. Lá encontrariam o que faltava, e a que se aspirava desde havia algum tempo: um grande nome nacional para levantar como cartaz à frente do grupo. Seria Graça Aranha, bem visto pelos novos por causa de sua *Estética da vida*, e de volta ao Brasil aquele ano. Com isto, acaba o primeiro volume da *História do modernismo brasileiro*.

O livro de Mário da Silva Brito é capital, não apenas pela qualidade e importância do material utilizado, como pela mudança de perspectiva que impõe, fazendo ver com clareza o que era ignorado, ou bastante confuso, - notadamente o caráter orgânico, evolutivo, surdamente crescente, da rebelião modernista. Os seus estudos mostram, além disso, que foi um movimento eminentemente paulista, mais do que se pensava, fruto de condições que se definiram em São Paulo, como centro mais vivo e representativo das novas condições da vida brasileira, integrando-se no largo movimento geral que nos trouxe do século XIX romântico naturalista e agrário,

para o século XX, que começa em verdade com a Primeira Grande Guerra, e seria modernista e industrial.

Em São Paulo, juntaram-se circunstâncias que permitiram definir o traço fundamental do Modernismo: um tipo muito peculiar de nacionalismo, que rejeita a visão exclusivamente luso-brasileira da nossa realidade social, em benefício dum sincretismo que se impunha aos homens de inteligência, nesse foco de misturas raciais e culturais, tão extensas e bem sucedidas, que o exaltado cantor de Juca Mulato se chamava del Picchia, e os dois pontos de apoio dos renovadores, Malfatti e Brecheret. Isto ajuda a entender o que há nele de “futurista”, em sentido próprio; de projeção para diante, à busca de sintonia com as formas mais arrojadas do “espírito moderno”, ao contrário de outros movimentos parecidos e muito mais voltados para o passado, como o regionalismo nordestino.

Há livros que lemos e depois fechamos, por bons que sejam, para não mais abrir. Mário da Silva Brito, com a modéstia conscienciosa da sua atitude, escreveu um que não pode ser completamente fechado. A quantidade de documentos que transcreve, os comentários com que lhes dá sentido, permitiram-lhe alcançar o ideal do estudioso, - que é ser permanentemente útil e indispensável.

III

Neste livro, oportuno e bem feito, recebe finalmente Monte Alverne³, no primeiro centenário da sua morte, a atenção que vinha tardando. O Autor estuda a sua biografia em sete capítulos, consagrando o 8º a uma tentativa de interpretação psicológica, o 9º ao estudo da obra oratória, o 10º e último aos juízos da crítica.

A principal qualidade da obra é a sólida base documentária, devida a uma pesquisa nos Arquivos da Ordem Franciscana, de que resultou o elenco de cento e seis títulos manuscritos, entre os quais numerosos autógrafos do grande pregador. Graças a isto, pôde Frei Roberto Lopes acompanhar os seus passos com segurança e minúcia até aqui desconhecidos.

Como não podia deixar de ser, a atenção se volta principalmente para a atuação de Monte Alverne nos quadros da Ordem, cuja decadência melancólica foi objeto de tantos dos seus escritos, de tantas das suas iniciativas, e que não pôde sequer remediar. Restou-lhe o consolo de jogar sobre ela um último brilho, graças à verdadeira soberania intelectual que exerceu em certos momentos.

Para o estudioso de literatura, há no livro algumas novidades dignas de nota. Mencionemos, entre elas, a lista de vinte e dois manuscritos das orações de Monte Alverne; indicações preciosas e documentadas sobre a sua atividade intelectual; aproveitamento de cartas inéditas a ele dirigidas de Paris por Magalhães e Porto-Alegre, entre 1832 e 1836, no momento crucial em que assumiam posição renovadora. Deste modo, se estabelece um vínculo sutil entre esta e o grande franciscano, reconhecidamente precursor de atitudes e concepções românticas. E se de um lado confirmam a veneração dos discípulos, mostram, de outro, o papel importante exercido por eles no sentido de decidi-lo a reunir e publicar os sermões

(p. 101-102). Não descuidaram, também, de zelar pelo seu nome, propondo-o (mostra-o a documentação inédita do livro) como sócio do *Institut Historique* (p. 85-87), no qual haviam eles próprios ingressado pela mão do fundador, Eugène de Monglave, grande amigo do Brasil e dos brasileiros. Diga-se, de passagem, que o *Institut* pode ser considerado plataforma inicial da nossa reforma literária, pois nele principiaram as atividades conjuntas de Magalhães, Porto-Alegre e Torres-Homem.

Depois de expor com precisão e ordem a vida do biografado, procura o Autor, num capítulo especial, já referido, traçar as suas características psicológicas. Antes, havia declarado que as descaídas não envilecem, quando superadas: “O homem torna-se grande pelas vitórias obtidas” (p. 89). Com efeito, a integridade de um homem se faz de todos os elementos que o compõem; e sobre esta base, depois de dar importância, entre eles, aos traços físicos, (p. 141-142), aponta os seguintes “traços dominantes do seu caráter: independência e sobranceira, grande amor ao estudo e grande força de vontade, nítida consciência do seu valor e constante vigilância na defesa dos seus direitos, que não sacrificava. Rígido no ataque à mediocridade e pronto na resposta às diatribes dos adversários, era também amável para com os íntimos, respeitoso para com as autoridades, de extrema delicadeza para com os amigos” (p. 143). De tudo se encontra no livro ilustração e abono, dinamizando o que, em formulações semelhantes, é inevitavelmente estático; mas o biógrafo assume por vezes atitude contraditória à largueza da posição inicialmente assumida, ao tentar uma *limpeza* em regra de Monte Alverne. Preferimos ficar nos termos daquela, lembrando que não há vantagem em cobrir evidências e dar outro nome ao que nele foi, evidentemente, vaidade e orgulho, roçando às vezes pela presunção mais pueril. O importante é identificar o contexto em que funcionam os traços psicológicos, como faz muito bem o Autor na consideração seguinte:

O que comumente se esquece é de avaliar como o tempo vivido por Monte Alverne foi o tempo em que se procurou cultivar a própria personalidade, culto que o Romantismo levaria a excessos hoje para nós muito desculpáveis (p. 145).

Não há, com efeito, necessidade de *excusá-lo*, mas de compreendê-lo, como assinala Frei Roberto Lopes à p. 143. Ele foi de fato eminente, mesmo como franciscano, sob o embate de paixões, por vezes em conflito com a pureza ideal dos votos. A sua carreira agitada, que o levou às portas da secularização (como este livro revela), foi cheia de delicadezas e escrúpulos honrosos; haja vista o caso relativo ao voto de pobreza e à necessidade de prover à sua velhice, em meio ao descalabro material da Ordem (p. 92-94 e 126). Para terminar, registremos que apesar de vacilações no critério de objetividade, e da invencível tentação apologética, Frei Roberto Lopes traçou um retrato expressivo e completo do seu glorioso confrade.

No tocante ao estudo da obra, o livro é menos bem realizado, podendo-se dizer que não aproveitou devidamente as sugestões e possibilidades que pressentimos no rico material documentário arrolado. Primeiro, fragmenta a personalidade intelectual de Monte Alverne, deixando totalmente de lado o filósofo, a que dedica breves menções (p. 36-37 e 71), embora a sua influência e ambição tenham sido tão

grandes deste lado quanto do da oratória. Salvo erro, o *Compêndio de filosofia* não é citado, nem mesmo incluído na bibliografia. Esta inclui, sobre a obra filosófica, o medíocre Guillermo Francovitch, mas ignora o estudo capital e incompreensivo de Sílvio Romero em *A filosofia no Brasil*, ignorando igualmente o de Laerte Ramos de Carvalho sobre a lógica, sem dúvida o mais importante no caso.

Ao estudar o orador, Frei Roberto Lopes cuida sobretudo de afastar a pecha de vacuidade intelectual e ausência de lastro teológico. A este respeito, são excelentes as análises dos sermões consagrados à Virgem Maria, mostrando a segurança e inspiração da doutrina, bem como a utilização discriminada das imagens bíblicas (p. 159-179). Além disso, estuda as orações fúnebres, convencendo pouco ao alegar que o pregador se comportava com independência e realismo ante os grandes do mundo, nem o gênero, nem a época o permitiriam; a sua comprovada sobrançeria aparece noutras ocasiões, como no sermão pregado às vésperas do 7 de Abril, quando disse coisas duras em frente do Imperador (p. 77-78).

Limitando-se a estes dois aspectos, o Autor condenou o livro a ser incompleto, como de fato é, ante as exigências da análise sistemática. Não cabe censurar um escritor por não fazer o que não desejou fazer; mas pode-se lamentar que não o tenha feito. Frei Roberto Lopes teve em mãos material tão precioso, e demonstra em relação ao biografado discernimento tão fino, que lamentamos não o ver enfrentar os grandes problemas relativos à obra, - pois só assim avultará na sua integridade a estatura de Monte Alverne. Para exemplificar, indiquemos alguns destes problemas, começando pela análise adequada, e ainda não empreendida, da sua língua, imagens, composição; da estrutura dos sermões; das influências que sofreu. Assim, seria possível averiguar o caso dos galicismos, assinalado pelo próprio pregador numa espécie de *mea culpa*, e pelo amigo Magalhães, numa das cartas reveladas por Frei Roberto (p. 200). Sem qualquer preocupação, já a esta altura ridícula, de purismo, este estudo poderia ser uma das chaves do estilo de Monte Alverne, sob o qual pressentimos um serpear saboroso de traços que indicam a impregnação francesa, fundindo-se para produzir a pompa, o ritmo suntuoso que ainda hoje encanta nos seus bons momentos, definindo uma das maneiras de escrever mais pessoalmente construídas da nossa literatura. Em muitos casos, seria errado falar de galicismo, pois trata-se de uma solução original, inclusive de ritmo, levando o orador a falar sempre em São Jacó, em lugar do tradicional Santiago, talvez para corresponder ao movimento mais próximo do Saint Jacques francês que o subconsciente lhe sugeria. No mesmo sentido poderiam ser interpretados o uso de *este* em lugar de *o*; a falta sistemática de contração das preposições *em* e *por* com os artigos definidos (*o, a, os, as*); o abuso de numerais, de pronomes pessoais e possessivos; o uso peculiar de *mesmo* (adjetivo) e do advérbio *mais*, integrado no sistema de realce, gradação e comparação que é o âmago da sua eloquência.

Estes traços se inserem num panorama mais amplo de “francesismo”, que o situa bem dentro do nosso Pré-romantismo, todo marcado de sugestões e definições francesas, mediatas e imediatas. Já tive a oportunidade de referir, em trabalhos anteriores, que Morte Alverne mostra, em bom número de sermões, influência por

vezes dominadora de Chateaubriand, - quase o único escritor leigo que cita como autoridade em matéria religiosa, ao lado dos eclesiásticos e das *Escrituras*, e ao qual penso que tomou muitos elementos da sua concepção da história e natureza poética do Cristianismo.

Ora, esta hipótese levanta uma questão que não pude resolver por falta de elementos, como os que este livro anuncia. Sabemos que os sermões foram retocados para publicação, e ante os originais de muitos deles, afirma Frei Roberto que “dificilmente podem ser identificados alguns dos manuscritos com os *Sermões* do mesmo título dados ao prelo. O autor refundiu-os e, parece-nos às vezes, fez de dois um” (p. 157). É da maior importância, dentro do espírito da crítica moderna, estabelecer a natureza e intensidade deste trabalho de revisão, que deitará luz sobre muitos aspectos do estilo de Monte Alverne e da gênese das suas concepções, inclusive as ligadas à influência de Chateaubriand. Terá esta se manifestado desde a redação inicial, ou apenas na revisão? No primeiro caso, estaríamos ante uma influência precoce, patenteando, já pela altura de 1820, inclinação pelas técnicas românticas e pela maneira romântica de conceber a religião. E isto daria um caráter bem peculiar à influência de Monte Alverne sobre o grupo reformador da *Niterói*. No segundo caso, teríamos um aproveitamento posterior à divulgação de Chateaubriand e do Romantismo, com significado histórico totalmente diverso, e diversa interpretação da gênese intelectual de Monte Alverne. Não sei se o material inédito permite semelhante trabalho, e isto fica dito como exemplo do que Frei Roberto Lopes deixou de fazer e mesmo, ao que parece, de levar em conta. Embora não esqueça a beleza, e ressalte com oportunidade e bom gosto a sua manifestação no grande pregador, é forçoso convir que a análise propriamente literária foi por ele confinada a segundo plano, talvez por modéstia, talvez por lhe interessar, de fato, o levantamento biográfico.

De qualquer modo, o que fez é sólido, belo, convincente e definitivo. Do seu livro, Monte Alverne sai renovado para a posteridade, e o próximo passo é a reedição anotada e documentada de sua obra, com apêndices contendo algo do material encontrado. Impõe-se a apuração de um texto fidedigno, com base nos manuscritos achados e nas primeiras edições em folheto. Frei Roberto Lopes mostrou segurança de pesquisador ao retificar datas, esclarecer trechos da vida, proporcionar novos dados. A ele cabe a tarefa, nobre entre todas, de proceder a esta reedição crítica e erudita, firmando para o seu grande confrade a reabilitação iniciada com brilho no presente livro

Notas

1 M. Rodrigues Lapa. *As “Cartas chilenas”: um problema histórico e filológico*. Pref. de Afonso Pena Jr. R.J. Instituto Nacional do Livro, 1958. x, 382 p.

2 Mário da Silva Brito. *História do modernismo brasileiro: Antecedentes da Semana da Arte Moderna*. São Paulo, Saraiva, 1958. 287 p. illus.

3 (frei) Roberto B. Lopes. *Monte Alverne, pregador imperial; roteiro para um estudo*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1958. 228 p.